

ORÇAMENTO

GAZETA MERCANTIL

Vender estatais; subir impostos

* 8 AGO 1989

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Produto Interno Bruto (PIB) do ano que vem, projetado pela Seplan com um crescimento real da ordem de 2% conforme a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

O presidente da República ainda não formalizou a aprovação da distribuição das verbas de 1990 para custeio e investimentos dos ministérios. Mas transmítiu ao ministro Batista de Abreu sua autorização para que a proposta da SOF fosse encaminhada preliminarmente a cada ministério, de maneira a não atrasar a montagem do projeto de lei com o Orçamento Geral da União (OGU).

Enquanto aguarda os retornos de cada ministério, de acordo com os limites preliminares de receita e despesa, a Seplan prepara as medidas adicionais para

negociação com o Congresso Nacional. Já começou a funcionar um grupo de trabalho, junto ao gabinete de Batista de Abreu, para tentar novamente a venda dos imóveis do governo. As mansões provavelmente serão oferecidas em leilão, enquanto os apartamentos funcionais devem ser vendidos preferencialmente aos seus atuais ocupantes.

Enquanto não forem aprovadas pelo Legislativo, todas essas medidas de ordem fiscal terão suas receitas potenciais classificadas no orçamento como "fontes condicionais de recursos". Isto significa, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que as despesas tenham como cobertura estes recursos cancelados caso as receitas não se concretizem. Este mecanismo de salvaguarda do equilíbrio orçamentário foi aprovado pela própria comissão mista de orçamento e, depois, pelo plenário do Congresso Nacional.

Vender estatais; subir impostos

* 8 AGO 1989

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

Ampliar o aumento de impostos do pacote fiscal, reeditar a antiga "Operação Desmonte" com extinção de órgãos federais e lançar um programa de venda não só das mansões e apartamentos funcionais como também de terrenos da Previdência Social e de outros ministérios são as alternativas que o governo está analisando para cobrir um déficit equivalente a US\$ 2,6 bilhões (NCz\$ 3 bilhões) no orçamento fiscal da União para 1990.

Os ministros da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, resolveram aproveitar o "Programa de Emergência" do Congresso para cobrir o déficit equivalente a 0,65% do Produto Interno Bruto (PIB), representando despesas para as quais não haverá verba mesmo considerando a atual versão do pacote tributário. Amanhã ocorrerá uma nova reunião para montar as medidas a serem embutidas na proposta orçamentária.

A Secretaria da Receita Federal já foi acionada para rever o conjunto de alterações na legislação tributária, exigidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, para tentar obter um ganho de arrecadação a partir de janeiro superior à previsão original. Essa é uma das razões pelas quais o pacote tributário — há mais de uma semana entregue ao Gabinete Civil — ainda não foi aprovado pelo presidente José Sarney para encaminhamento ao Congresso.

Em reuniões no final de semana com o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, os ministros da área econômica acertaram

a estratégia para aproveitar a nova disposição do Congresso — expressa na proposta da semana passada — para reeditar também as propostas de privatização. A idéia, conforme fontes qualificadas da Secretaria do Planejamento (Seplan), é detalhar os planos de venda de ações e do próprio controle de dezenas de estatais.

Em vez de simplesmente dizer quais áreas ficam fora da privatização, como foi tentado no Plano Verão, a Seplan informará ao Congresso — provavelmente sob a forma de um novo projeto de lei — quanto o governo espera conseguir por cada empresa que for colocada à venda, e quanto deixará de onerar o Tesouro com despesas e encargos financeiros. Essa é a principal fórmula para viabilizar o orçamento de investimentos das estatais, que integrará a proposta orçamentária a ser enviada ao Legislativo até o final do mês.

Sem a venda de empresas e o programa de desmobilização de seus ativos não-operacionais — avaliados em NCz\$ 3,5 bilhões a preços de hoje —, a Secretaria de Orçamento e Controle das Estatais (Sest) não terá de onde tirar o dinheiro para os investimentos das holdings do governo no próximo ano, sem aumentar seus níveis de endividamento ou pressionar o caixa do Tesouro.

A versão preliminar do orçamento da Sest ainda não está pronta e suas contas não têm relação direta com o déficit potencial do orçamento fiscal, estimado ontem em torno de NCz\$ 3 bilhões a preços de maio último. Isto corresponderia a 0,63%.

(Continua na página 3)